

7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação
Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

Evento Virtual
Porto Alegre, 06 de dezembro de 2024

Área temática: Raça e Antirracismos nas Relações Internacionais

**EXTENSÃO DA REVOLUÇÃO HAITIANA NOS MOVIMENTOS DE ABOLIÇÃO DA
ESCRAVATURA EM CUBA E NO BRASIL: A RESISTÊNCIA E A EXPANSÃO DAS FORÇAS
REVOLUCIONÁRIAS FACE ÀS ESTRATÉGIAS DE CONTENÇÃO DAS FORÇAS COLONIZADORAS**

Jean Samuel Rosier¹
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

¹ O autor está doutorando em Relações Internacionais, tendo como orientadora a professora Dra. Karine de Souza Silva. Este texto é fruto da pesquisa de tese em curso.

EXTENSÃO DA REVOLUÇÃO HAITIANA NOS MOVIMENTOS DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM CUBA E NO BRASIL: A RESISTÊNCIA E A EXPANSÃO DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS FACE ÀS ESTRATÉGIAS DE CONTENÇÃO DAS FORÇAS COLONIZADORAS²

Resumo Expandido Submetido na Inscrição e Aprovado

O presente trabalho pretende descobrir os principais impactos dos movimentos revolucionários e da Independência Haitiana sobre os movimentos de abolição da escravidão em Cuba e no Brasil a partir da última década do século XVIII até o final do século XIX, considerando que Cuba é uma das grandes Antilhas mais perto do Haiti e o Brasil é o último país a abolir a escravidão nas Américas em 1888.

Além disso, com a Revolução e o fim definitivo da escravidão no Haiti em 1803, outros mercados eram necessários fosse para a chegada dos escravizados africanos, através do comércio negreiro no Atlântico, ou fosse para a expansão da grande plantação de açúcar e de café, necessária para manter o nível dos preços no mercado internacional. Os dois territórios mais propícios na época na América Latina foram o Cuba e o Brasil (MOREL, 2017).

Partindo da lógica de que a Europa queria isolar o Haiti e que ela nunca respeitou e reconheceu de fato a independência haitiana, faz-se necessário partir de estudos contra-hegemônicos. Visto que, por mais que a revolução haitiana é um fato histórico grandioso para as gerações atuais, ainda há um silêncio sobre ela em razão da herança enraizada nas narrativas europeus.

Desse modo, o trabalho busca dar visibilidade nos campos das Relações Internacionais (RI) para os feitos e tantos outros silêncios sobre os impactos das forças revolucionárias haitianas nas esferas internacionais partindo de autores e autoras que tratam da branquitude e do racismo estrutural, que produzem estudos numa perspectiva (anti-pós-de) colonial, pois “[...] aceitar o pensamento crioulo [aceitar os estudos (anti-pós-de) coloniais] significa necessariamente rejeitar todas as formas de verdades absolutas e considerar qualquer teoria como relativa e transitória” (DEWULF, 2005, p. 309).

Sendo assim, a pergunta norteadora do trabalho é: como a Revolução Haitiana impactou os movimentos de abolição da escravidão em Cuba e no Brasil face às estratégias de contenção das forças colonizadoras europeias?

Consequentemente, o objetivo principal é procurar identificar a exportação das ideias de emancipação, igualdade e de liberdade que ecoaram no Haiti para alguns países da América, mostrando assim a importância da Revolução Haitiana para ler e entender certos aspectos

² Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado Santa Catarina (FAPESC).

das dinâmicas internacionais entre as nações. Os objetivos específicos decorrentes do objetivo principal são os seguintes:

- Sistematizar os estudos críticos contra-pós-anti e decoloniais e afro-diaspóricos, colocando ênfase sobre a configuração da estrutura racial do sistema colonial.
- Apresentar a história da colonização e da independência do Haiti, destacando as principais forças coletivas dos movimentos revolucionários, como subsídio para entender os enfrentamentos entre as forças revolucionárias e as forças colonizadoras.
- Elaborar um estudo de caso sobre a expansão dos movimentos revolucionários haitianos em dois países específicos da América Latina: Cuba e Brasil, levando em conta a resistência desses movimentos face às estratégias de contenção das forças colonizadoras.
- Realizar uma análise crítica da relevância da Independência do Haiti para ler e entender as relações internacionais entre as nações e povos no mundo, realçando sua relevância para o campo acadêmico em Relações Internacionais (R.I).

É um trabalho relevante e inédito, pois nas minhas pesquisas não aparece nenhuma tese ou dissertação nos programas de pós-graduações em Relações Internacionais no Brasil que trata da Revolução Haitiana como tema principal. Encontra-se somente uma tese, de autoria de Miguel, intitulada “Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro”.

Observa-se assim, a partir desta pequena primeira busca, que não houve e ainda não há interesse nas R.I no Brasil em dar visibilidade para a importância da Revolução Haiti nas mudanças que ocorreram no sistema Internacional e sobretudo no continente americano como um todo. A professora Karine de Souza Silva, minha orientadora, em um dos seus recentes artigos, tratou da responsabilidade histórica que as instituições de ensino devem assumir ao salientar o seguinte:

"As instituições de ensino devem assumir responsabilidades históricas, a posição delas como agentes produtores de transformação social, e devem questionar as estruturas de opressão em vez de produzir ou reforçar vetores de violência social-racial, seja em termos de ensino, pesquisa ou extensão."(SILVA, 2023, p.38, tradução nossa).

A revolução haitiana é lida enquanto desobediência contra o sistema europeu e o colonialismo. Ela é sinônimo de anticolonialismo, antirracismo, anti-dominância europeia em todos os seus sentidos. A história, a Revolução e a Independência haitiana moldaram a história do mundo, a arquitetura das relações internacionais e das instituições internacionais (QUEIROZ, 2022).

É de suma importância trazer para as RI estudos contra-sistêmicos com objetivo de mostrar a importância da diversidade na análise dos fatos científicos e insistir ao mesmo tempo sobre outras possibilidades, outras alternativas e perspectivas de fazer ciência. Achidie falando do perigo de uma história única salientou o seguinte: “As histórias importam. Muitas

histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (ADICHIE, 2019).

Portanto, ao contrário das narrativas únicas e tendenciosas produzidas, reproduzidas e divulgadas sobre a Revolução Haitiana, este trabalho busca elaborar um relato diferente a partir de vozes que reconhecem e revelam a lógica supremacista na produção científica, incluindo estudiosos haitianos que já denunciaram sérias falácias na produção de conhecimento sobre o povo haitiano e sua história.

Palavras-chave:

Sistema Colonial, América Latina, Movimentos de resistência, Forças colonizadoras, Revolução e independência haitiana, Relações Internacionais; Cuba, Republica Dominicana, Brasil.

I. Introdução

Caribe é o coração da modernidade. Essa afirmação tem por base a localização geográfica do Caribe, sua importância no tráfico atlântico durante a colonização, o peso de suas riquezas para os colonizadores da época colonial e sobretudo a sua resistência contra os poderes imperiais nos últimos séculos e décadas recentes (QUEIROZ, 2018). Entre todos os países da região caribenha, o Haiti merece uma atenção específica para entender a importância da região no centro da história da humanidade.

O Haiti realizou uma das maiores revoluções do mundo no final do século XVIII paralelamente à revolução francesa. É uma história de grande resistência que torna o Caribe um dos eixos necessários para falar da história do mundo e da modernidade. O Caribe é a primeira região de desembarque de Cristóvão Colombo nas Américas, especificamente na Ilha Guanahani (Bahamas) nomeada de São Salvador pelo colonizador. De lá, Cristóvão seguiu viagem até o Haiti, batizado de Hispanhola (pequena Espanha) pelos europeus, que foi o primeiro território da região caribenha atingido pelos efeitos nefastos da civilização europeia. Os espanhóis “reduziram a população de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos” (JAMES, 2007, p.19). Desta forma, “A aparição do colono significou sensorialmente a morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos” (FANON, 1961, p. 90).

Dessa maneira, o padrão de poder mundial europeu, especificamente nas Américas, nasceu com a “descoberta” do Haiti. Foi nesse território que o outro é considerado como um sub-humano, inferior, invenção de uma outra identidade baseada em questões raciais, o que permite assim justificar todo tipo de brutalidade que a modernidade europeia carrega.

Brutalidade essa que continuou piorando ainda mais após o extermínio dos povos autóctones e com a chegada dos escravizados negros africanos no Haiti.

A colônia (o atual Haiti) era chamada de “Pérola das Antilhas” graças a força motriz dos escravizados estabelecida na base da violência, e muitos investidores de outros países da Europa queriam ter um negócio extremamente rentável na ilha, para lucrar mais. Mas, a quase totalidade das riquezas da “Pérola das Antilhas” virou fumaça em razão da revolução dos negros do Haiti que começou nos primeiros meses de 1791, depois de cerca de três (3) séculos de submissão. E em 18 de novembro de 1803, a última batalha da independência foi feita seguida da declaração oficial no dia primeiro de janeiro de 1804 (CASIMIR, 2020).

A América como um todo foi impactado pela Revolução Haitiana quer seja o Cuba, uma das grandes Antilhas mais perto do Haiti ou Brasil por ser o último país a abolir a escravidão nas Américas. Mais para frente será mencionado razão maior sobre o impacto da Revolução Haitiana nesses dois territórios especificamente.

As Relações Internacionais (RI) fazem amplas omissões sobre a questão imperialista da constituição e dos fundamentos do surgimento das Relações Internacionais modernas como ciência e prática (JONES, 2006). Isto posto, a partir de autores e autoras que afrontam a produção eurocêntrica, a pesquisa quer encontrar os impactos dessa independência em outros territórios, da América, especificamente o Caribe, apesar do bloqueio imposto pelas forças colonizadoras aos indóceis negros revolucionários haitianos, ao longo dos séculos que seguem a vitória da primeira nação negra independente.

Para atingir o objetivo deste trabalho, o texto será dividido em três partes além da introdução. A primeira trata de uma revisão teórica numa perspectiva (anti-pós-de) colonial, partindo de autores e autoras que tratam da branquitude e do racismo estrutural. A segunda parte aborda a importância da Revolução Haitiana para os movimentos revolucionários e de resistência no Caribe e na América. E finalmente, as conclusões finais evidenciam a partir do desenvolvimento do trabalho o silêncio intencional sobre a importância da Revolução Haitiana nas Relações Internacionais (RI).

II. Efeitos Coloniais e do Imaginário da Superioridade Europeia na História

Apesar do aparente silêncio que existe sobre as outras narrativas, é possível encontrar, e descobrir ao longo dos anos muitas vozes que ecoaram e continuam ecoando e questionando o sistema europeu estabelecido. E como consequência, as vozes que interrogam o sistema são silenciadas, e por isso há uma falsa impressão de vazio em termos epistemológicos quando se lança no desafio de mobilizar essas epistemologias para realizar uma pesquisa acadêmica ou sustentar narrativas alternativas.

Um dos primeiros autores que buscaram diagnosticar o imaginário da ideia de superioridade dos colonizadores foi o Frantz Fanon. O autor mostrou que houve e que há uma produção científica que procura demonstrar a existência de grupos humanos sem cultura ou a superioridade de certas culturas em relação a outras hierarquizando assim determinadas culturas. Ele relembrou o esforço de afirmação do racismo na sua forma mais vulgar, primitiva e simplista apontando para estudos realizados usando elementos da biologia para comparar por exemplo crânios e dimensões das vértebras humanas com o objetivo de subalternizar determinados povos. Para Fanon, “[...] o “preconceito de cor” é uma idiotice, uma iniquidade que deve ser erradicada” (FANON, 2020, p. 43).

O autor procura, além da identificação dos comportamentos racistas da parte do colonizador, narrar sobre a reação, o comportamento dos submetidos, daqueles que sofrem os danos. O primeiro comportamento identificado é uma adaptação à nova cultura. O segundo comportamento possível identificado é o ressurgimento do abismo após anos de opressão. Nesta fase, o inferiorizado não tem nada a perder, coloca tudo em jogo para ter a sua libertação súbita, total, absoluta e completa. Aqui o oprimido rejeita a legitimidade do racismo e clama pela igualdade e normalmente não há nada da parte do opressor que pode silenciar essa consciência, essa revolução. Se a postura do colonizador é desumana, “a luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano” (FANON, 2019, p. 57).

A história da Revolução Haitiana é um exemplo deste segundo comportamento. Buck-Morss nos lembrou disso quando disse que “[...] a mais rica colônia não somente da França, mas de todo o mundo colonial, tomava nas próprias mãos as rédeas da luta pela liberdade, não através de petições, mas por meio de uma revolta violenta e organizada” (BUCK-MORSS, 2017, p. 138).

Através da leitura do “Discurso sobre o Colonialismo”, escrito por Aimé Césaire que era professor de Fanon, encontra-se um pesquisador que tentou buscar algum valor na civilização europeia, e não encontrou nenhum. Para Césaire, a civilização europeia é algo destruidor que varre tudo que encontra em seu caminho. Em seu processo histórico, “Ela [Europa] socavou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou “a raiz da diversidade” (CÉSAIRE, 2020, p. 76). É uma civilização que banaliza, humilha, despreza e destrói. Os colonizadores consideram os diferentes como bestas e os caçam, como bem salienta o autor nas seguintes palavras:

[...] a colonização [...] desumaniza o homem mesmo o mais civilizado; [...] a ação colonial, a empreitada colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreende; [...] o colonizador, ao habituar-se a ver no outro a besta, ao exercitar-se em tratá-lo como besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta. (Ibid, p. 25).

Sobre a desumanização dos negros, Mbembe relatou o seguinte: "Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital." (MBEMBE, 2014, p. 19). Então, a subjugação dos negros é um projeto integrado dentro do processo da modernidade e do surgimento do capitalismo.

Tanto Fanon quanto Césaire estariam de acordo sobre o fato de que "Somente haverá desalienação genuína na medida em que as coisas, no sentido mais materialista possível, tiverem voltado ao seu lugar" (FANON, 2020, p. 26). Isto é a universalidade de fato dos direitos de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens independentemente de sua cor e sua localização geográfica, que a Europa tanto defendeu.

Por mais que a França é pioneira teoricamente na elaboração desses princípios, Burk-Morss nos lembrou, no caso da independência do Haiti, que "apesar de a abolição da escravidão ser a única consequência logicamente possível da ideia de liberdade universal, ela não se realizou por meio das ideias ou mesmo das ações revolucionárias dos franceses; ela se realizou graças às ações dos próprios escravos [escravizados]" (BUCK-MORSS, 2017, p. 138).

Haiti se tornou independente em 1804 e o último país que aboliu a escravidão da América foi em 1888, quase um século depois. Isso reflete a ideia da autora Buck-Morss quando disse que "mesmo numa época em que proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, era possível manter nas sombras a economia colonial escravista que funcionava nos bastidores." (BUCK-MORSS, 2017, p. 132).

É possível observar, de acordo com Munanga (2004, p.6), que "[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.". Relações desiguais de poder envolvem exploração e uma disputa pelo controle dos principais meios de existência social.

A relação de poder e de dominação está ligada à relação de exploração. Para Quijano (2014, p. 1014), "Há uma relação clara entre a exploração e a dominação: nem toda a dominação implica exploração. Mas esta não é possível sem aquela. A dominação é, portanto, *sine qua non* de todo o poder.". Exploração envolve tratamento desumano, pois, nessas relações, além de negar a humanidade do outro, o seu corpo é exposto a todo tipo de humilhação.

Hoje em dia fala-se em imperialismo que é uma inovação do sistema colonial para manter funcionando o seu monopólio sobre a produção e reprodução de todos os tipos de meios de existência social. E isso não é diferente no campo da produção de conhecimento em ciências sociais, inclusive em Relações Internacionais. Saurin sublinhou que "O

imperialismo [...] busca garantir sua ordem por meio da monopolização dos meios de produção mental, e é dessa forma que há uma reprodução do conhecimento colonialista na RI” (SAURIN, 2006, p. 84, tradução nossa).

Fanon faz uso do novo conceito “neocolonialismo” para descrever essa nova atitude dos colonialistas que mantem o sistema sob o mesmo *modus operandi* do antigo sistema colonial. Para o autor, “O inimigo nunca recua sinceramente. Nunca compreende. Capitula, mas não se converte” (FANON, 2019). Santos, na mesma ótica salientou o seguinte:

O colonialismo é passado? Não. [...] foi uma forma específica de colonialismo, o colonialismo histórico, por ocupação territorial por potência estrangeira. Mas o colonialismo continuou até hoje sob outras formas, desde o neocolonialismo ao saque dos recursos naturais das ex-colônias e ao racismo (SANTOS, 2020).

A construção de conhecimento nas ciências sociais inclusive em Relações Internacionais (RI) de modo geral é eurocentralizada. Os temas que são tratados em RI e as suas principais preocupações são reflexos da história do ocidente e dos poderosos, em outras palavras, dos colonizadores. Sobre a produção científica especificamente em RI, Jones salienta o seguinte:

A maior parte da literatura na disciplina de RI é escrita por e sobre apenas alguns dos povos do mundo - predominantemente americanos e europeus. As RI continuam sendo culpadas por esquecerem e menosprezarem o pensamento e os atos não só dos povos da África, mas também do “resto” do mundo não ocidental (SAURIN, 2006, p. 17, tradução nossa).

Consequentemente, conhecer o mundo remete a falar das únicas histórias relatadas pela Europa e os Estados Unidos e rejeitar tudo que surgem de outros lugares. Sob essa perspectiva, outros tipos de sociedade, organizações, conhecimentos são inúteis, pois os modelos a serem copiados, seguidos e duplicados já existem. Por esse motivo é de suma importância trazer para as RI estudos contra-sistêmicos com objetivo de mostrar a importância da diversidade na análise dos fatos científicos e insistir ao mesmo tempo sobre outras possibilidades, outras alternativas e perspectivas de fazer ciência.

Adichie falando do perigo de uma história única salientou o seguinte: “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (ADICHIE, 2019).

Não é sem razão que perdurou por tanto tempo o pseudo-conhecimento sobre os povos negros ou não brancos ou ainda povos racializados. E até hoje, no imaginário do europeu, a Europa é a fonte do conhecimento e da iluminação para o resto do mundo. Saurin

nos lembrou que “O imperialismo é o autor da história, o autor da lei, o autor do assunto histórico, o autor da acusação, o autor do julgamento” (SAURIN, 2006, p. 80). E além disso, a Europa recusa rever suas epistemologias e suas perspectivas, como bem disse Saurin nas seguintes palavras: “O imperialismo é a imposição de significado e a recusa de negociação” (Ibid, p. 84, tradução nossa).

Por isso, mesmo reconhecendo a tarefa árdua que demanda um processo de revolução para um povo colonizado, muito dos autores tratados aqui e outros acreditaram que “[...] a simples existência do colonizador cria a opressão e só a liquidação completa da colonização permite a libertação do colonizado” (MEMMI, 2007, p. 188). Foi este espírito que animou os corações das forças revolucionárias haitianas contra os franceses. E foi esta crença que as levou a contribuir em outros movimentos revolucionários que ocorreram em outros territórios.

A Revolução Haitiana é considerada como uma desobediência coletiva ao sistema colonial europeu e por isso, é fundamental tecer uma revisão bibliográfica baseada nos estudos (anti-pós-de) coloniais considerados muitas vezes como uma insubordinação epistemológica e que são frutos de reflexões coletivas, transdisciplinares e engajadas. A maioria desses estudos em questão aqui são fruto de trabalhos de diversos intelectuais oriundos das ex-colônias e que vivem na Europa e nos Estados Unidos no final do Século XX. A partir de suas experiências começam a questionar o sistema estabelecido e as narrativas hegemônicas, abrindo desse modo espaço para debates importantes sobre cultura, identidades, diferença, fronteiras nacionais e autoritarismo (FAUSTINO, 2022).

Desse modo, é um trabalho que busca dar visibilidade para os feitos, considerados congelados no tempo pelos colonizadores, das forças revolucionárias haitianas. A seguir será abordada a importância da Revolução Haitiana para outros movimentos de liberdade no Caribe e na América.

III – Importância da Revolução Haiti nas Américas

A imagem mais divulgada sobre o Haiti é a de um país dilacerado pela política, devastado pela corrupção e desfigurado pelo desmatamento, além de caracterizado por uma pobreza profunda e disseminada. Os dados sócio-econômicos não mentem sobre os fatos, portanto, não pode ser negada a situação caótica em que o país se encontra no momento. Mas é necessário ir além da condição atual, fazer um diagnóstico para encontrar a origem dos males que assolam o país e enfim dizer como o Haiti chegou neste cenário.

A narrativa popular sobre o Haiti começou a ser escrita pelos colonizadores a partir de 1492 com a chegada dos espanhóis. Mas com certeza existiu uma rica história bem antes

desta suposta descoberta. A ilha já era habitada por nativos há cerca de cinco mil anos (DIAMOND, 2007, p. 231). Geralmente os colonizadores apagam o passado dos povos e começam a contar à sua maneira, histórias de pessoas que poderiam protagonizar e contar suas próprias narrativas.

Muitos autores e autoras consideram o escravismo atlântico como uma das instituições fundamentais da sociedade internacional (BEZERRA; SALGADO; YAMATO, 2019). Entender isso é de suma importância para o exercício de uma leitura holística de uma unidade nacional - neste caso específico, o Haiti - inserido em um sistema internacional (a mesma que evoluiu desde os tempos do Atlântico) que dita as regras, que visibiliza e invisibiliza determinados aspectos determinantes para entender os processos históricos das nações e dos povos. Gilroy nos lembrou disso quando afirmou que “na periodização da política negra moderna, será necessária uma nova reflexão sobre a importância do Haiti e sua revolução para o desenvolvimento do pensamento político africano-americano e os movimentos de resistência.” (GILROY, 2001, p. 61).

É importante sublinhar a questão racial, pois é a partir dos desacordos no quesito da igualdade de raças entre pessoas brancas e não-brancas que os movimentos revolucionários se intensificaram na antiga colônia francesa, se expandiram e impactaram outros territórios além de suas fronteiras. Gordon afirma que “O colonialismo, a escravidão, o racismo, o sexismo e várias outras formas de desumanização e exploração são formas de desempoderamento dos outros por meio da concentração de poderes em grupos especiais.” (2021, p. 54). Sendo assim, a revolução haitiana era contra o poder concentrado europeu estabelecido na colônia em todas as suas formas. Ela é sinônimo de anticolonialismo, antirracismo, anti-dominância europeia em todos os seus sentidos.

O papel das forças colonizadoras era e continuar sendo bloquear os impactos das forças revolucionárias em outros territórios, sobretudo nas Américas. Em outras palavras, é possível inferir que as forças colonizadoras procuraram conter as forças revolucionárias haitianas para evitar a propagação das ideias de emancipação, de liberdade e de independência no meio de outras colônias da época.

A revolução haitiana, na opinião dos colonizadores, era impensável. E quando ocorreu a consumação da revolução, os colonizadores não conseguiram aceitar o fato. E o mais inadmissível, para os europeus, foi a dimensão e a expansão dessa revolução. Sobre a grandeza dessa ocorrência histórica, Morel (2017) destacou o seguinte: “Foi uma Revolução atlântica que viajou pelas Américas e Europas e tocou até territórios no oceano Pacífico.” (Morel, 2017).

A independência do Haiti desafiou os colonizadores racistas. O que aconteceu naquela ilha, foi algo inconcebível, uma vez que os negros foram coisificados. Lembrando que no entendimento dos colonizadores europeus, baseando em suas diferentes teses e hipóteses

ao longo da história, tudo indicou que os negros eram desprovidos de inteligência, incapazes de organização e de autogoverno. A partir de análise de documentos produzidos pela branquitude, Azevedo chegou a seguinte conclusão:

“[...] o negro havia se tornado escravo do branco justamente dadas as suas características raciais inferiores, tais como a sua falta de inteligência e de iniciativa, apatia e selvageria, e, em decorrência, incapacidade de construir uma sociedade própria, “instituições de liberdade”, uma civilização, enfim.” (AZEVEDO, 1987, p. 152)

O próprio precursor da independência, Toussaint Louverture, um grande estrategista e um grande diplomata, que teve importantes interações com diferentes líderes no mundo dos hemisférios Norte e Sul, se transformou em um dos nomes notáveis para introduzir os impactos da revolução haitiana no âmbito internacional e acabar ao mesmo tempo com a tese ou o mito da superioridade racial. Por exemplo, Toussaint, ex-escravizado negro, tratou, de igual para igual, com as potências coloniais da época, do interesse de um país negro liderado por um negro a se tornar um sujeito de direito internacional independente, isto é, um estado-nação independente na arena internacional, com capacidade de negociar livremente seus produtos e recursos no comércio internacional (HAZAREESINGH, 2021).

Posições como essas, de um negro, eram inaceitáveis no sistema colonial, por isso geraram preocupações relativas à desestabilização do sistema colonial. E sempre que há necessidade de restabelecer a ordem no sistema colonial, os colonizadores não colocam limites nas medidas que podem ser aplicadas, pois como afirma Robinson (2018, p.50, tradução nossa), “a raça tornou-se, em grande parte, a justificativa lógica para a dominação, a exploração ou o extermínio de não «europeus» [...]”. Sobre o mito da inferioridade dos não europeus, Mbembe sublinha o seguinte:

Durante vários séculos, o conceito de raça - que sabemos advir, à partida, da esfera animal - foi útil para antes de mais, nomear as humanidades não europeias. O que nós chamamos de “estado de raça” corresponde assim o cremos, a um estado de degradação de natureza ontológica. A noção de raça permite que se representem as humanidades não europeias como se fossem um ser menor, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável (2014, p. 39).

Os negros haitianos desafiaram a base de todo um sistema, e isso gerou um temor ao nível internacional. O país foi isolado logo para evitar a repercussão dessa notícia nas demais colônias, mas mesmo assim o movimento de 1804 repercutiu em muitos países e medidas restritivas foram tomadas.

Haiti era “a perola das Antilhas” para a França. Com a Revolução e o fim definitivo da escravidão no Haiti em 1803, outros mercados eram necessários fosse para a chegada dos

escravizados africanos, através do comércio negreiro no Atlântico, ou fosse para a expansão da grande plantação de açúcar e de café, necessária para manter o nível dos preços no mercado internacional. Os dois territórios mais propícios na época na América Latina foram o Cuba e o Brasil (MOREL, 2017). Simplesmente este aspecto explica por que o fim do comércio de escravizados no Brasil só em 1850 e o quanto a Independência do Haiti impactou o Brasil.

Por exemplo, Sá, em sua tese de doutorado intitulado “Haitianismo: Colonialidade e Biopoder no Discurso Político Brasileiro”, apontou alguns impactos da revolução Haitiana (1791-1803) no Brasil durante a Monarquia em 1808 e a Regência em 1831. As notícias que circulavam na época teve a capacidade de exportar o medo (por parte das elites) e a esperança (para os escravizados) no Brasil. (SÁ, 2019).

Naquela época, no Brasil, “ser acusado de Haitianismo ou chamado de Haitiano era uma das piores ofensas políticas e pessoais que alguém poderia sofrer” (ibid. p.4). A revolução haitiana foi uma das razões que levou o Brasil a iniciar o processo de branqueamento da nação afim de tornar os brancos superiores em números e assim evitar qualquer tentativa de revolução da parte dos negros no Brasil (ibid); “quanto aos dirigentes brasileiros, passaram a temer o Haiti como ao diabo” (SILVA; SÁ, 2021, p.3).

As forças revolucionárias conquistaram a independência, mas os colonizadores derrotados não conseguiram se conformar. Quando a França inventou a dívida pelo reconhecimento da independência, os franceses suplantados pelos guerreiros negros queriam, em uma ação, mostrar que a independência do Haiti foi concedida e ao mesmo tempo estrangular economicamente uma jovem nação que estava tentando se recuperar de uma tragédia. Sobre isso, Morel (2017) nos lembrou o seguinte:

“A França só reconheceu a Independência do Haiti impondo condições esmagadoras. Charles X, recém-empesado no trono e de tendência ultraconservadora [...], assinou em 17 de abril de 1825 um decreto “concedendo” a Independência e enviou à antiga colônia uma frota de 14 navios de guerra com ordem de atacar caso o governo haitiano, presidido por Jean-Pierre Boyer, não aceitasse pagar indenização estipulada em 150 milhões de francos, o que equivalia a 10 anos de receitas fiscais do país.”

O Dr. Marcos Vinícius Lustosa Queiroz, que defendeu em 2022 sua tese de doutorado intitulado “O HAITI É AQUI: Ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX)”, buscou identificar os impactos da independência haitiana na formação social e na cultura jurídica da América Latina, sobretudo no Brasil e na Colômbia, em especial a relação entre ideologia da democracia racial e constitucionalismo. O autor analisou trechos das primeiras constituições haitianas para mostrar a universalidade de certos princípios básicos dos direitos humanos na práxis no Haiti na formação de seu Estado-nação.

A partir dessa análise, o autor demonstrou o quanto as constituições haitianas são mais relevantes na práxis do que as da França, para em seguida mostrar os impactos desses princípios constitucionais ativos na América Latina, principalmente no Brasil e na Colômbia. Para o autor, a Revolução Haitiana, fato histórico silenciado, é um marcador temporal crucial para entender a história humana moderna. A respeito disso, Queiros (2022, p.55) destacou o seguinte: “A história da modernidade pode ser dividida em antes e depois de 1804. [...] os haitianos fundavam o primeiro e único estado forjado a partir de uma revolução de escravizados.”. Lembrando que pessoas escravizadas na época eram coisificadas e de pouco valor para os senhores de Saint Domingue. Assim a França não economizaria esforço para salvar seus interesses no Haiti, aniquilando os negros que viviam na sua “pérola das Antilhas” e repovoar a ilha com outros negros trazidos da África através do comércio negreiro no Atlântico.

Queiroz (2022, p. 58) nos lembrou que “No momento em que surgem as noções básicas das Constituições modernas, como cidadania, soberania, representação política, propriedade, liberdade e igualdade, a escravidão era a grande instituição constituidora de sentidos do mundo atlântico.”. Mas, ao longo da revolução, na sua primeira constituição, assim como nas seguintes, o Estado haitiano aboliu a escravidão e acabou com a diferença de raças naquela ilha. A segunda constituição (1805) do Haiti declarou que todos os haitianos são negros, isto é, independentemente de sua cor, de sua origem, não haverá nunca mais diferença entre os direitos de liberdade, igualdade, cidadania naquele território.

Dessalines fez um pronunciamento oficial na proclamação da independência do Haiti que é o seguinte: “Sim, demos a esses verdadeiros canibais guerra por guerra, crime por crime, indignação por indignação. Sim, salvei o meu país, vinguei a América” (L'INSTANT DE PRADINE, 1886, p. 22, tradução nossa.).

Esta última frase deixou clara a intenção das forças revolucionárias haitianas. Queriam a libertação, o fim da discriminação racial e a igualdade para todas as nações da América, e sendo descendentes dos povos africanos por que não para as nações da África também. As forças revolucionárias haitianas entenderam que “[...] a superação da lógica colonial só seria viável naquelas situações em que os colonizados empreendessem força material proporcionalmente capaz de abalar as forças sociais a ponto de fazer surgir um homem novo” (FAUSTINO, 2022, p. 37).

Quando o presidente haitiano Pétion deu seu apoio a Simon Bolívar em 1816, as condições de seu acordo eram: a abolição da escravidão nos territórios liberados e fundação de uma nação baseada nos princípios libertários do Haiti. Dessa forma, “[...] Haiti [é] protagonista na expansão do princípio da abolição pelo Atlântico.” (QUEIROZ, 2022, p. 97).

Mais de 10 anos após a independência, o barão francês Malouet, ministro da marinha e das colônias durante o reino de Louis XVIII, considerou os haitianos como inimigos naturais

dos europeus. Alimentando a esperança de tomar posse mais uma vez dos territórios de Saint-Domingue, ele chamou as nações da Europa para formar uma confederação contra o Haiti (VASTEY, 1814).

Desde o princípio, os primeiros movimentos internacionais influenciaram na estagnação do desenvolvimento da nação haitiana e na proliferação da miséria do seu povo. Embargos econômicos e comerciais se somaram à exigência do pagamento de uma exorbitante indenização à França, 21 anos depois da independência, que comprometeu até o início do século XX dois terços de toda a produção do país e deixou suas mais profundas marcas no progresso da nação e na capacidade de subsistência do povo haitiano (REBECCHI, 2007).

No caso da presença dos Estados Unidos no território haitiano, o argumento girava em torno do interesse em pacificar o país e proteger os interesses dos empresários americanos e outros estrangeiros. Mas, na verdade, a missão era, ao que parece, saquear o país dos seus poucos recursos, como se pode depreender das considerações abaixo.

O dia 17 de dezembro de 1914, a marinha dos EUA com armas em mãos, saqueou o Banco Nacional do Haiti. Eles pegaram todas as reservas em ouro e as moedas estrangeiras e as transportaram [...] para o Nacional City Bank of New York (vulgarmente conhecido como City Bank e transformado desde então pelo Citibank), que é um dos maiores bancos norte-americanos. Sete meses depois, os fuzileiros navais invadiram o Haiti, assumiram o controle das Alfândegas e das Finanças do país sob lei marcial mantendo um governo de, por e para o City Bank até 1934. Antes sair, eles tiveram o cuidado de tomar todas as medidas para garantir o controle permanente sobre as instituições políticas e econômicas do país¹⁰ (REBECCHI, 2007, p. 41).

No nível geoestratégico, o boicote dessa república tomou a forma de embargo imposto pelas potências coloniais em vários momentos da história haitiana. De fato, “O pecado original do Haiti, na cena mundial, é sua libertação. Os Haitianos cometeram o inaceitável em 1804: [...]” (SEITENFUS, 2014, p.22).

De acordo com Seitenfus (2014, p.78), “O Haiti foi objeto, desde o início de 1993, de nada menos que sete Operações de Paz das Nações Unidas”, envolvendo a OEA e a ONU. A conta chega a 8 Operações levando em conta as forças internacionais do Quênia que chegaram no país este ano.

O país colonial nunca deixou de ter e fazer planos para os territórios dos inferiorizados da terra. Em consequência, apesar dessa grande vitória do Haiti, não cessaram as ameaças de novas invasões, o isolamento do resto do mundo, as lutas, as guerras civis e os movimentos secessionistas. Desde a independência até os dias atuais, o território haitiano não conhece paz, estabilidade política e econômica.

O tempo da revolução é talvez o único tempo do qual ainda os haitianos podem se orgulhar até hoje. São feitos congelados no tempo dos heróis da resistência (SEITENFUS,

2014; SUTTER, 2010). Essa independência transformou a “Pérola das Antilhas” em “terra maldita”, para boa parte da comunidade internacional. “Nenhum outro jovem Estado receberá do mundo o tratamento iníquo que será infligido ao berço dos direitos humanos fundamentais” (SEITENFUS, 2014, p.50).

IV- Considerações Finais

Quando a constituição haitiana de 1805 declara que todos os haitianos são negros, ela devolve para os negros a sua plena humanidade que foi roubada pelos europeus. Ela apagou a vergonha e devolveu o orgulho de ser negro. Ela é uma das bases para pensar o movimento da negritude.

Até os anticolonialistas dos países imperialistas nunca apoiaram totalmente a independência total das antigas colônias, pois sabem que os seus países não podem viver sem suas colônias. Estes procuram deixar sempre claro para os oprimidos que eles vão precisar manter sempre uma nova relação com os antigos colonizadores para poderem sobreviver no sistema.

Esses novos vínculos desenvolvidos continuam sendo novas formas de reprodução das mesmas relações que existiram no sistema colonial entre os oprimidos e os dominadores. Vive-se em tempos contemporâneos com nações coloniais racistas que pregam a democracia para todos os povos, que assinam a declaração universal dos direitos humanos, mas suas violências contra determinados povos e espaços nunca deixaram de existir até este presente momento.

Por mais que a revolução haitiana é um fato histórico grandioso para as gerações atuais, ainda há um silêncio sobre ela em razão da herança enraizada nas narrativas europeus. Notou-se que não houve e ainda não há interesse nas R.I no Brasil em dar visibilidade para a importância da Revolução Haiti nas mudanças que ocorreram no sistema Internacional e sobretudo no continente americano como um todo.

O Haiti, neste momento, atravessa uma situação caótica. Faz parte do preço alto que a nação negra é submetida a pagar pelo seu pecado original. O povo haitiano, em vez de buscar fortalecer laços com antigos colonos, deveria buscar criar e ampliar suas relações com a sua terra mãe África, sem intermediação dos antigos colonos, na busca de soluções para seus múltiplos problemas internos, pois se o Haiti representa uma vergonha para os imperialistas racistas, ele é um orgulho para os povos negros.

Haiti é uma nação que ensinou ao mundo as noções de liberdade, igualdade e fraternidade nas suas plenas essências com a sua independência em primeiro de janeiro de 1804. Os cidadãos haitianos devem ter a consciência de que a comunidade internacional, no

caso os países imperialistas neocoloniais, nunca teve e nunca terá intenção de resolver os seus problemas.

V. Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra Medo Branco. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bezerra, G. A. de G.; Salgado, P.; Yamato, R. V. Escravismo Atlântico no século XIX: a construção do "internacional" no mar. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 8(15), 2019, p. 424–457. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11548>. Acessado no dia 01 de novembro de 2024.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e o Haiti. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

CASIMIR, Jean. The Haitians: A Decolonial History. Tradução de Laurent Dubois; com prefácio de Walter D. Mignolo. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o Colonialismo. Segunda Edição. Editória Livros & Livros, 2020.

DEWULF, Jeroen. E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística. Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela, 2005. p. 305-312.

DIAMOND, Jared. Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5ª ed. São Paulo: Editor Record, 2007.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; Prefácio de Grada Kilomba; Posfácio de Deivison Faustino; Textos Complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Franz. Racismo e Cultura. In LANDI, Gabriel e MANOEL, Jones. Revolução Africana. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon e as Encruzilhadas: Teoria, política e Subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 336pp.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GORDON, Lewis R. Freedom, Justice, and Decolonization. New York: Routledge, 2021.

HAZAREESINGH, Sudhir. O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture. Zahar. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JAMES C. L. R. Jacobinos negros: Toussaint Louverture e a Revolução Negra em São Domingos. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1ª edição, agosto de 2000 / 1ª reimpressão: março de 2007.

JONES, Branwen Gruffydd. International Relations, Eurocentrism, and Imperialism. In: JONES, Branwen Gruffydd. Decolonizing International Relations. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2006.

LINSTANT DE PRADINE, Jean-Baptiste Symphor. Recueil Général des Lois et Actes du Gouvernement d'Haïti, depuis la Proclamation de son Indépendance jusqu'à nos Jours. Paris: A. Durand, 1886. Disponível em: <https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/00/07/40/14/00006/01804-1808Pradine1BHPSE.pdf>. Acessado no dia 02 de novembro de 2024.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Tradução de Marta Lança. Portugal: Editora Antígona, 2014.

MEMMI, Albert. Retrato do Colonizador Precedido de Retrato do Colonizado. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito. - 1ª ed. - Jundiaí, SP: Paco, 2017.

QUEIROZ, Marcos. O Haiti é aqui: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX). 2022. 700 f., il. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

QUEIROZ, Marcos. Caribe, Corazón de la Modernidad. Cultura Latinoamericana. Revista de Estudios Interculturales, v. 28, p. 234-250, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula. Espistemologias do Sul. Cortez editora, São Paulo, 2014.

REBECCHI, Tony. Essai Sur L'histoire Economique D'Haïti De 1491 À Nos Jours. ISBN: 978-1-4092-4553-7. 1ª edição: agosto de 2000 / 1ª impressão: março de 2007.

ROBINSON, Cedric J. Capitalismo Racial: El Carácter no Objetivo del Desarrollo Capitalista. Tabula Rasa, 2018, Núm. 28, p. 23-56. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n28.2>. Acessado no dia 01 de novembro de 2024.

SÁ, Miguel Borba de. Haitianismo: Colonialidade e Biopoder no Discurso Político Brasileiro. Tese (doutorado). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa. Boaventura: as estátuas do nosso desconforto. Outraspalavras: Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo, 2020.

SAURIN, Julian. International Relations as the Imperial Illusion; or, the Need to Decolonize IR. In: JONES, Branwen Gruffydd. Decolonizing International Relations. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., United States of America, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais. Ed. Unijuí, 2014.

SILVA, Karine de Souza. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. *SEQUÊNCIA (FLORIANÓPOLIS)*, VOL. 44, N. 93, 2023.

SILVA, Karine de Souza; SÁ, Miguel Borba de. Do Haitianismo à nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. *Revista nuestraAmérica*, 2021.

SUTTER, Christina. Haiti, País Mal Dito. *Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza* – Vol. X – Nº 3 – p. 931-950 – set/2010.

Vastey, J. L. Notes à M. Le Baron de V. P. Malouet, Ministre de la Marine et des Colonies, de sa Majesté Louis XVIII, et Ancien Administrateur des Colonies et de la Marine, Ex-Colon de Saint -Domingue, Etc. Em Réfutation du 4ème Volume de son Ouvrage, Intitulé: Collection de Mémoires sur Les Colonies, et Particulièrement sur Saint-Domirfgue, Etc. Au Cap-Henry, Chez P. Roux, Imprimeur du Roi, outubro de 1814. Disponível em: <https://ia800308.us.archive.org/15/items/notesmlebarond00vast/notesmlebarond00vast.pdf>. Acessado no dia 02 de novembro de 2024.